

BIBLIOGRAFIA SOBRE O PT: BALANÇO E PARÂMETROS PARA NOVAS ABORDAGENS

Carlos Henrique Menegozzo¹

A bibliografia sobre o PT

Muito já se escreveu sobre o PT, que é provavelmente o mais estudado partido político da história do Brasil. No entanto, apenas recentemente o levantamento e a análise da monumental bibliografia disponível tem sido objeto de esforço abrangente e sistemático, possibilitando uma visão de conjunto da literatura. Referimo-nos à bibliografia comentada do PT.² A compilação inclui mais de 1,2 mil obras, publicadas apenas em livro, entre 1978 e 2002, tanto no Brasil como no exterior. As referências ali reunidas somente aos poucos, e de maneira ainda insuficiente, começam a ser objeto de análise por parte da literatura especializada.³

Ademais, embora apresente um levantamento abrangente e com indicação de resumos individuais, aquele trabalho não oferece ainda uma sistematização das principais tendências de pesquisa e abordagens teórico-metodológicas. Uma primeira aproximação nesse sentido pode ser realizada a partir de cinco levantamentos recentes, apresentados por Leal, Singer, Ribeiro, Amaral e Pomar.⁴ Tais obras resultam direta ou indiretamente de trabalhos acadêmicos desenvolvidos nos campos da Ciência Política, Sociologia e História. Privilegiam a produção científica publicada na forma de livros, artigos, teses e dissertações, em amostras que variam de 15 a 100 referências. Leal, Ribeiro, Amaral e Pomar apresentam recortes mais abrangentes – estruturados, todavia, a partir de critérios distintos –, enquanto Singer se concentra nos debates desenvolvidos no período pós-2002.

Leal, Ribeiro e Amaral (cujas amostras variam de 20 a 40 estudos), concordam na identificação de três tendências de pesquisa, a partir das seguintes problemáticas: 1) originalidade do PT no cenário político nacional (concentrada nos anos 1980); 2) primeiras experiências do partido no poder (anos 1990); 3) transformações e dilemas vividos pelo PT desde então (anos 2000). Uma quarta vertente é detectada pelos autores, que divergem quanto ao tema nela predominante: Leal e Amaral mencionam uma ênfase à “lógica da degeneração” (chega-se, em alguns trabalhos, a falar no “fim” do PT, sobretudo pós-2002) e ao interesse pelo “PT durante o governo Lula”.⁵ Já Ribeiro destaca o recente interesse no “enfoque organizacional”.⁶

Singer apresenta um levantamento mais reduzido (cerca de 15 estudos), considerando critérios de inclusão distintos: analisa a literatura dedicada às transformações sofridas pelo PT, sobretudo após a vitória de 2002. Identifica diferentes abordagens que poderiam ser inclusas, em sua maioria e segundo os demais autores, na quarta tendência de estudos sobre o partido. Singer menciona cinco “macro-orientações”, nas quais aquelas transformações aparecem associadas à “moderação do discurso” petista, à conversão do PT em “legenda eleitoral com acento maximizador”, ao “enfraquecimento da relação com os movimentos sociais”, ao “cambio na origem social dos simpatizantes” e a fatores de “natureza estrutural”.⁷

Pomar apresenta o levantamento mais abrangente: incorpora ao levantamento de Leal estudos disponíveis, em 2005, no Banco de Teses e Dissertações da Fundação Perseu Abramo (FPA). Com base em cerca de cem obras, propõe sua distribuição em oito temas: “formação histórica do PT” (concentrado nos anos 1980); “formação do PT em algumas regiões do país”; “governos petistas” (concentrados nos anos 1990); “experiência parlamentar do PT”; “política organizativa do partido”; “relação entre o PT e movimentos sociais”; “experiência eleitoral e comunicacional do PT” e “projeto político do PT”.⁸ O

primeiro e o terceiro temas coincidem com a primeira e segunda vertentes detectadas por Leal, Ribeiro e Amaral.

Muitas das referências se repetem de um levantamento a outro – caso de Oliveira, Gadotti e Pereira, Meneguello, Rodrigues, Keck, Simões, Azevedo, Couto, Harnecker, Petit, Novaes, Mello, Gaglietti, Garcia, Genro e Souza, Amaral e Leal⁹, entre outros. Contando repetições, as referências citadas em cada levantamento representam, somadas, cerca de 2% da produção dedicada ao PT apresentada em Menegozzo¹⁰ – obra que, vale lembrar, inclui apenas livros – aqueles publicados entre 1978 e 2002. Esta simples comparação evidencia o quanto é limitada a visão que se tem da produção já existente sobre o PT – situação que dificulta o aprofundamento e o acúmulo das pesquisas.

Confrontando-se os balanços disponíveis com o levantamento apresentado por Menegozzo, três diferentes critérios de agrupamento dos estudos puderam ser desagregados: *tema* (objeto da pesquisa), *problema* (interrogação fundamental), e *abordagens teórico-metodológicas* (quadro explicativo e procedimentos de análise). De modo geral, o que se percebe nos levantamentos existentes é uma sobreposição de critérios, decorrentes de problemas de amostragem.¹¹ Leal e Amaral, por exemplo, sobrepõem *temas* (mandatos do PT) a *problemas* (originalidade ou dilemas do PT). Singer e Ribeiro sobrepõem *abordagens teórico-metodológicas* (análise do discurso e análise organizacional, respectivamente) a outros critérios, incluindo *temas* e *problemas*. Esta sobreposição dificulta a caracterização dos estudos disponíveis, prejudicando uma visão global da literatura.

Estudos sobre mandatos petistas, por exemplo, podem estar associados a diferentes *problemas* e *abordagens teórico-metodológicas*, devendo constar como apenas um de muitos *temas* existentes. Dentre estes (ênfatisados mais por Pomar que por outros autores), mais de uma dezena poderiam ser identificados: relação do PT com movimentos sociais (movimentos sindical, comunitário, de mulheres, de negros e negras, LGBTT, de juventude e estudantil, entre outros); relação com outros partidos (notadamente o PCB); organização interna do PT; ideário ou discurso petista; tendências internas; diversidade regional do PT; perfil socioeconômico da base de filiados e das direções; olhar da direita sobre o PT; crises e escândalos envolvendo o partido; sua presença no meio religioso; biografias e memórias, entre outros.

Tais *temas* aparecem associados a distintos *problemas de pesquisa* (critério privilegiado por Leal, Ribeiro, Amaral e Singer). Ao menos quatro podem ser identificados: 1) foco na originalidade do PT; 2) em seus dilemas ou ambiguidades; 3) na moderação ou degeneração do partido; 4) e no caráter essencialmente contraditório do PT. Tais *problemas* se apresentam na forma de concentrações de estudos que, como *gerações*, se sucedem no tempo na medida

em que se desenrola historicamente a experiência do próprio PT, suscitando, a partir do presente, novas interrogações ao passado. Isto faz da trajetória do PT – como ocorre, de resto, com a própria disciplina histórica – uma *história em construção*.

A *primeira geração*, concentrada na década de 1980, enfatiza a “originalidade” histórica do PT no cenário político brasileiro, justificada pela radicalidade de sua orientação, pelo caráter autenticamente popular de suas bases sociais e pela horizontalidade de sua estrutura organizativa. Marcado por tais características, o PT é considerado um “partido a caminho do poder”. Tal abordagem inclui os trabalhos de Keck, Meneguello, Oliveira e Gadotti e Pereira, por exemplo.¹² Desta *problemática* aproximam-se também as contribuições de Harnecker e Brandão¹³, publicadas posteriormente.

Numa *segunda geração* de estudos, a ênfase recai sobre as “ambiguidades” ou “dilemas” da experiência e ideário petistas. Antecipada em obras como Sader e Gurgel¹⁴, tal abordagem tornar-se-ia predominante na década de 1990. Influenciada pela crescente inserção institucional do PT, privilegia a análise de seus primeiros mandatos. Exemplos dessa abordagem se encontram em Rodrigues, Pomar, Novaes, Sader, Couto, Harnecker, Castañeda, Baia, Ozaí, Azevedo, Cesar, Almeida e Cancelli, Árabe e Nascimento¹⁵, entre outros. O mesmo se pode dizer de Singer e Almeida¹⁶, publicadas posteriormente.

No início dos anos 2000, uma *terceira geração* ganha força, dedicada a marcar as acentuadas descontinuidades nas práticas e formulações do partido, observadas tanto a partir da posse de Lula em 2002 quanto da eclosão da crise de 2005. Contempla um amplo espectro de posições que vão desde a denúncia da “moderação do discurso” petista às avaliações que anunciam o “fim” do partido. Incluem-se aí as contribuições de Garcia, Amaral, Demier, Oliveira, Robaina, Iasi, Navarro, Mendes, Barreto, Coelho, Paula, Silva Jr, Antunes, Chauí e outros, Coutinho, Dallagnol, Robaina e Genro, Martinez, Martuscelli, Andrade, Ângelo e Villa¹⁷, entre outros.

Já ao final do segundo mandato de Lula, uma *quarta geração* de estudos se esboça. Marcados pelo sucesso das políticas sociais voltadas à população de baixa renda, e que renderam ao governo elevados índices de aprovação popular, tais pesquisas são pautadas por uma abordagem mais nuançada ou menos dicotômica: não obstante as transformações profundas que tem sofrido, o PT teria preservado ou até ampliado seus vínculos com os setores populares, mantendo-se em assim como experiência original no quadro partidário brasileiro. Incluem-se aí os estudos de Veiga, Venturi, Singer, Hunter e Power, Hunter, Samuels, Leal, Ribeiro, trabalhos incluídos em Ângelo e Villa, além de Pereira da Silva, Amaral e Secco. Os estudos de Cesar parecem antecipar em parte esta tendência.¹⁸

Cruzadas aos *problemas* que se colocam a diferentes *gerações* de estudos, e também aos *gêneros* (livros, artigos, teses etc.) em que podem se apresentar, encontram-se diferentes *abordagens teórico-metodológicas*. No que se refere à sua dimensão propriamente teórica, estas poderiam ser agrupadas em ao menos três principais: *discursivas/hermenêuticas*, *organizacionais/institucionais* e *contextuais/estruturais*. Já no que se refere ao método, é possível diferenciar estudos de caráter *monográfico* e os orientados por *análise comparativa* (raríssimos, aliás, na bibliografia dedicada ao PT), ou então estudos nos quais são empregados, predominantemente, métodos *qualitativos* ou *quantitativos*.

Na primeira destas abordagens, a *discursiva*, o desenvolvimento do PT é interpretado a partir de uma análise de seu ideário, tendo como referência documentos básicos, resoluções de encontros e congressos nacionais, bem como os programas de governo e discursos de suas principais lideranças. Incluem-se, aí estudos de *primeira geração*, como Brandão (2003)¹⁹, que – a partir de abordagem *monográfica* e *qualitativa* – sustenta a persistência, no PT, de uma visão socialista; de *segunda geração*, tais como Azevedo²⁰, que interpreta o ideário petista e seus dilemas como resultantes de uma sobreposição mal arranjada entre “reforma” e “revolução”; bem como de *terceira geração*, ou seja, que acusam o partido de moderar seu projeto, chegando a incorrer em práticas reformistas ou eleitoreiras, entre os quais encontram-se Amaral e Iasi, por exemplo.²¹

Numa segunda abordagem, de caráter *organizacional*, o PT é investigado do ponto de vista de sua composição e funcionamento, num conjunto que apresenta maior número de estudos fundamentados em pesquisa *quantitativa*. Diferentes aspectos são destacados, desde a composição socioeconômica de candidaturas e direções, tais como em Meneguello e Rodrigues²², e os riscos associados à profissionalização da máquina partidária, como em Novaes²³ – sendo o primeiro um estudo de *primeira geração* e os demais de *segunda* –, até balanços mais gerais atinentes aos padrões de funcionamento interno do PT, tais como Ribeiro e Amaral²⁴, apoiados em metodologias *quantitativas*; além de Hunter e Secco²⁵, elaborados a partir de metodologias *qualitativas* – todos associados, neste caso, *quarta geração* de estudos sobre o PT.

Uma terceira abordagem, de caráter *contextual*, parece ser menos frequente. Enfatiza ou sugere condicionamentos externos, não apenas econômicos, mas também políticos e culturais, aos quais esteve submetido o PT. Estudos deste tipo – que tendem a produzir narrativas históricas que localizam o partido em seu contexto de atuação – encontram-se nas obras de Oliveira, Keck, Singer, Pomar e Secco.²⁶ Incluem-se aí, também, ensaios de *terceira geração* que têm sido objeto de intensa polêmica. Exemplo disso é a obra de Oliveira²⁷, na qual os rumos recentes do PT são interpretados a partir

da emergência de uma nova classe social, ligada à gestão de fundos de investimentos; ou a contribuição de Gorender²⁸, segundo a qual o desenvolvimento do PT poderia ser interpretado pela atitude “ontologicamente” reformista da classe trabalhadora.

Tendências recentes de pesquisa

O presente “explica” o passado, no sentido de que o objeto, tomado em sua manifestação mais “madura”, permite avaliar, retrospectivamente, o peso e o significado de algumas de suas determinações que não puderam, antes, ser devidamente consideradas.²⁹ Partindo-se desta premissa, convém avaliarmos em detalhe algumas das obras mais recentes sobre o PT, pertencentes à *quarta geração de estudos* dedicados ao partido. Presume-se que nelas os problemas envolvendo o PT apareçam abordados em sua “atualidade”. Destacam-se nesse sentido os trabalhos de Pedro Floriano Ribeiro, Fabrício Pereira da Silva, André Singer, Oswaldo Amaral, Valter Pomar e Lincoln Secco.³⁰ Analisemos cada um destes estudos separadamente, sintetizando, em seguida, suas principais conclusões, bem como as polêmicas que suscitam e as problemáticas que, acreditam estes autores, restam ainda por investigar.

Analisemos primeiramente o estudo de Ribeiro.³¹ Resultante de tese de doutorado elaborada no âmbito da Ciência Política, analisa a trajetória do PT desde sua fundação em 1980 até a crise de 2005. Com ênfase em aspectos organizativos e com base em grande volume de dados quantitativos, tem por objetivo testar a validade do modelo de “partido de cartel”, existente na literatura concernente aos estudos partidários, como referência à compreensão das transformações sofridas pelo PT. Em termos mais específicos, analisa a ambiência institucional na qual atua o partido e diferentes aspectos de sua organização interna, tais como: relação entre Estado, partido e sociedade; relação com movimentos sociais; além do processo de “parlamentarização” e “oligarquização” sofridos pelo partido, culminando na relativa “desconstrução” de sua democracia interna. Inclui ainda posfácio dedicado à análise do primeiro mandato de Lula na Presidência da República.

O estudo elaborado por Pereira da Silva³², por seu turno, analisa, em perspectiva histórica e com base em método qualitativo e comparativo, a trajetória de organizações de esquerda que nos últimos anos chegaram ao governo central em diversos países da América Latina – Chile, Uruguai, Bolívia e Brasil (PT) – as quais, ao final, são comparadas também aos casos da Nicarágua, El Salvador, Venezuela e Equador. Considerando o período compreendido entre os anos 1980 e 2000, aqueles agrupamentos são investigados em distintos aspectos, tais como funcionamento interno, ideologia, identidade e sua

relação com a democracia e o neoliberalismo. Amparado na literatura sobre partidos produzida no campo da Ciência Política, o estudo busca elucidar dois problemas fundamentais: 1) identificar as causas da “vitória” destas forças num contexto de “crise” que lhe era desfavorável; 2) verificar a existência de “tipos” distintos de esquerda, cujas vitórias aparecem integradas num mesmo ciclo político.

Já a obra de Singer³³ reúne quatro ensaios produzidos pelo autor nos quais apresenta sua pioneira interpretação daquela particular perspectiva política que se convencionou denominar de “lulismo”. O caráter contraditório deste fenômeno é abordado em artigos nos quais analisa mais detalhadamente: 1) suas “raízes sociais e ideológicas”, manifestas no deslocamento eleitoral do “subproletariado” em direção à candidatura Lula, ocorrido nas eleições de 2006; 2) um panorama das mudanças sofridas pelo PT ao longo de sua história, que representariam a emergência de uma “segunda alma”, a do “Anhemi”, em contraposição à do “Sion”; 3) uma interpretação do caráter e impacto das políticas sociais implementadas pelos governos Lula; 4) além da caracterização do “lulismo” como uma forma de “reformismo fraco”. A obra inclui ainda introdução, na qual a realidade brasileira é interpretada – parafraseando Gramsci e sua “questão meridional” – do ponto de vista de sua “questão setentrional”, e um posfácio, em que o autor detalha seu percurso de investigação; além de apêndice em que disponibiliza dados quantitativos que fundamentaram o estudo.

A obra de Amaral³⁴, resultante de tese de doutorado em Ciência Política, tem por objetivo “analisar as transformações na organização interna do PT e seus impactos sobre a dinâmica partidária entre 1995 e 2009”. A partir de um diálogo crítico com as contribuições de Ribeiro³⁵, o autor emprega métodos qualitativos e quantitativos: combina reflexão teórica e pesquisa documental com dados obtidos a partir de *surveys* aplicados junto a delegados presentes em encontros e congressos nacionais do PT realizados em 2001, 2006 e 2007. Amparado em revisão da literatura sobre partidos na Ciência Política e bibliografia dedicada ao PT, e tendo por objetivo elucidar as transformações pelas quais atravessou PT entre meados da década de 1990 e os dias atuais, aborda diversos aspectos de sua organização interna, tais como: sua relação com a sociedade; as formas de militância no interior do partido; o Processo de Eleições Diretas (PED); as mudanças nas clivagens intrapartidárias bem como nos processos de recrutamento e no perfil ideológico das lideranças.

O estudo de Pomar³⁶ resulta também de tese de doutorado, desenvolvida, no entanto, no campo da História. Com base em amplo levantamento e análise da bibliografia existente sobre o PT, a obra enfatiza as mudanças ideológicas sofridas pelo partido, que teria internalizado elementos da “hege-

monia burguesa” e assim se moderado politicamente. Considerando este eixo fundamental, diferentes aspectos da experiência petista são investigados, tais como: as transformações sofridas pela esquerda na Europa e América Latina desde os anos 1970; a trajetória do PT propriamente dita, desde a fundação à crise de 2005, com ênfase sobre as transformações, inclusive organizativas, pelas quais passou o partido; os fatores internos e externos que identifica como causa daquelas transformações; a relação do PT com as classes sociais; o ideário petista, com especial interesse sobre aspectos econômicos e estratégicos; a experiência do primeiro governo Lula (2003-2006) e também a relação da intelectualidade petista com o governo.

Analisemos, por fim, o estudo de Secco.³⁷ O autor reconhece no próprio trabalho a tensão existente entre o historiador e o militante, bem como o caráter ensaístico e doravante polêmico de sua obra. Nela, analisa as “diferentes configurações que o PT assumiu para dar sentido às contradições que ele interiorizou ao longo do tempo”³⁸. Contempla, primeiramente, a formação e legalização do PT (1978-1983), com foco sobre sua dinâmica regional e política sindical. Aborda também a atuação do partido como polo de “oposição social” à ditadura e à Nova República (1984-1989), com ênfase em seu funcionamento interno, ideologia e nas campanhas em que foi protagonista, como as Diretas Já, a Constituinte e as eleições de 1988 e 1989. Contempla, ainda, o período em que o partido desponta como “oposição parlamentar” (1990-2002) e como “partido de governo” (a partir de 2002), com destaque para as mudanças estruturais ocorridas no país neste período e o modo como foram internalizadas pelo PT, tanto ideológica quanto organizativamente. Ao final, apresenta posfácio dedicado à conjuntura posterior às manifestações de junho de 2013.

Da análise dos estudos selecionados, pode-se concluir o seguinte:

1. As mudanças sofridas pelo PT são dadas como conhecidas, quantitativamente bem documentadas³⁹ e incluem: deslocamento ao centro do espectro político; desideologização do programa; comprometimento com a democracia representativa; respeito à ordem institucional; ênfase à atuação eleitoral; profissionalização da estrutura partidária; autonomização das lideranças em relação à base e enfraquecimento de instâncias deliberativas – trata-se, em suma, de um processo de burocratização;⁴⁰

2. Em lugar da absoluta originalidade do PT (como na *primeira geração* de estudos), seus dilemas (*segunda*) ou derrocada (*terceira*), a ênfase é em seu caráter contraditório: apesar das mudanças apontadas, considera-se, seja de modo mais pessimista⁴¹ ou otimista⁴², que o PT persiste como uma experiência original no cenário nacional, retendo, em alguma medida, inovações organizativas e relações com movimentos sociais e bases partidárias.

3. Três são as principais causas apontadas quanto às transformações sofridas pelo PT. De forma geral, as mudanças econômicas, políticas e culturais associadas ao neoliberalismo, aprofundadas nas décadas de 1980 e 1990.⁴³ De modo mais específico, a “internalização” ideológica da “hegemonia burguesa”;⁴⁴ e as pressões provocadas pela “ambiência” eleitoral-institucional na qual tem atuado o partido.⁴⁵ Tais causas, de todo modo, não parecem ter sido estabelecidas inequivocamente, levando alguns a acreditar que não sejam ainda inteiramente conhecidas.⁴⁶ Dois elementos reforçam essa consideração:

4. Primeiro: é recorrente a suposição de que as causas apontadas teriam afetado primeiro os movimentos sociais e depois o PT. Todavia, uma das grandes lacunas existentes na literatura diz respeito justamente à relação do PT com os movimentos sociais – impressão que, admite-se, pode ser resultado de problemas de amostragem da bibliografia.⁴⁷ Uma análise de conjunto da literatura revela que estudos sobre o tema são mais numerosos do que se supõe, extrapolam o movimento sindical e abordam as mudanças sofridas por diferentes setores sob o avanço do neoliberalismo. Estes, todavia, além de pouco aproveitados por trabalhos de síntese, são demasiado fragmentados, no que se refere tanto aos segmentos analisados quanto ao recorte cronológico adotado.⁴⁸

5. Segundo: um estudo comparativo dedicado à esquerda na América Latina problematiza uma simples e direta associação entre mudanças partidárias regressivas e o avanço do neoliberalismo. Trajetórias como as do PT estariam, no subcontinente, paradoxalmente relacionadas a efeitos menos devastadores de desagregação provocados pelo projeto neoliberal. Em sentido inverso, o ímpeto anticapitalista parece resistir em organizações atuantes em países nos quais o impacto socioeconômico do neoliberalismo se fez sentir mais fortemente;⁴⁹

6. As mudanças sofridas pelo PT, vale acrescentar, assemelham-se não apenas às vividas pelo PCB nos 1970 e 1980,⁵⁰ mas também por amplos setores da esquerda europeia, incluindo-se aí tanto as correntes social-democratas quanto comunistas (voltaremos ao tema adiante). Apesar dos recorrentes paralelos apontados na literatura entre a experiência petista e a europeia,⁵¹ a hipótese não chega a ser devidamente verificada.

7. Não obstante a ausência de aprofundamento, os estudos existentes consideram a possibilidade de que a experiência petista tenha revivido, de modo “concentrado” e com “atraso”, o percurso da esquerda europeia. A ideia pressupõe a hipótese de que se trata de um mesmo e complexo processo, vivido com particularidades pelo PT sob as mudanças provocadas pelo neoliberalismo e manifestas de modo desigual e combinado nas periferias, se comparado às regiões centrais do capitalismo.⁵²

8. Persistem também questionamentos no que se refere ao papel desempenhado neste processo pela estrutura organizativa do PT – tema que é evidentemente privilegiado pela *quarta geração* de estudos. Alguns autores enfatizam tal aspecto enquanto “efeito” das mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas entre os anos 1980 e 1990.⁵³ Outros o consideram foco de inovações e “causa” de vitórias significativas.⁵⁴ Paralelamente, desenrola-se uma polêmica quanto às relações e ritmos existentes entre mudanças organizativas e ideológicas.⁵⁵

9. Alguns autores sugerem, além disso, que as dificuldades de compreensão das particularidades do caso petista se devem a abordagens adotadas, sobretudo, no campo da Ciência Política. Não obstante as valiosas contribuições desses estudos em termos de análise quantitativa, eles seriam marcados por certo esquematismo teórico (exemplo disso seria o determinismo subjacente à chamada “Lei de Ferro” da oligarquia) e por perspectivas que, amparadas mais na experiência europeia, seriam pouco sensíveis à realidade latino-americana.⁵⁶

10. Estudos recentes chamam a atenção também para a necessidade de retorno a temas geralmente considerados suficientemente analisados. Considera-se que pesquisas sobre a formação do PT, por exemplo (produzidas ainda na década de 1980), estejam atravessadas por certos vícios – entre eles, a reprodução do esquema simplificado que o próprio partido produziu sobre o seu processo de formação. Pesquisas desenvolvidas posteriormente permitiriam, agora, um retorno ao tema, possibilitando uma melhor apreciação, sobretudo, das particularidades regionais do processo de formação do PT.⁵⁷

11. Por fim, vale mencionar três limitações gerais presentes no conjunto da literatura: 1) a análise frequentemente descontextualizada do ideário petista; 2) interpretação esquemática segundo a qual o desenvolvimento do PT consiste de um reflexo imediato daquelas condições mudanças contextuais e 3) a redução da subjetividade concreta dos agentes a uma genérica “natureza humana” – operação que muitas vezes subjaz às abordagens referenciadas na chamada teoria da circulação das elites (ver item 9). Essas limitações decorrem de abordagens produzidas no campo das ciências sociais, o que, combinado à *relativa* raridade de estudos históricos dedicados ao PT,⁵⁸ reforça a conveniência de uma abordagem rigorosamente histórica do problema.

Parâmetros para uma nova agenda de pesquisas

As recentes e recorrentes comparações estabelecidas entre a experiência do PT e a esquerda europeia sugerem que uma melhor compreensão do processo vivido na Europa pode oferecer apontamentos úteis à investigação do caso petista, considerado à luz do quadro internacional. Três trabalhos são parti-

cularmente importantes nesse sentido, pelo esforço de síntese historiográfica, bibliográfica e teórica que representam: Fernandez⁵⁹, que se concentra na trajetória dos partidos comunistas na Europa ocidental e Japão entre os anos 1940 e 1990; Botella e Ramiro⁶⁰, que analisa os processos de transformação sofridos pelos partidos comunistas a partir dos anos 1980 e 1990; além de van der Linden⁶¹, o qual, dedicado à social-democracia europeia, contempla o largo período compreendido entre 1870 e 2000, comparando as regiões da Europa meridional e setentrional. Diversas são as conclusões fundamentais destes trabalhos que se revelam úteis à delimitação do problema envolvendo o PT:

1. A maioria dos autores associa o declínio da esquerda na Europa a uma série de transformações (econômicas, sociais, políticas e culturais) ocorridas a partir das manifestações 1968 e da crise econômica de 1973;⁶²

2. Em termos socioeconômicos, as mudanças incluem: desindustrialização, com a transferência de capitais para a periferia do capitalismo; aumento do desemprego; reestruturação produtiva (descentralização da produção e redução das unidades produtivas) e a difusão de novas tecnologias de comunicação;⁶³

3. Já as mudanças culturais contemplam: diluição de identidades coletivas, acentuada tendência à individualização, emergência de novos movimentos sociais (estudantis, feministas, ecológicos, etc.) e mudanças no comportamento eleitoral, no qual a fidelidade do voto “classista” dá lugar a cálculos pessoais sofisticados;⁶⁴

4. Tais fatores estariam associados à “segunda adaptação” sofrida pela socialdemocracia europeia, que, depois de abandonar o “reformismo clássico” após a crise de 1929, transitou do “keynesianismo social” a uma abordagem “pós-keynesiana”⁶⁵ e ao processo de declínio eleitoral dos comunistas na Europa Ocidental, quando muitos destes partidos converteram-se em “verdes”, “social-democratas” ou de esquerda (nem comunistas, nem socialdemocratas);⁶⁶

5. As transformações, cuja origem é localizada entre 1968-1973, não impactam a Europa em ritmo e profundidade idênticos: as “duas adaptações” sofridas pela social-democracia na Europa setentrional num intervalo de pelo menos 60 anos foram vividas com atraso, em menos tempo e concentradas num único processo, nos países da Europa meridional⁶⁷; um contraste análogo pode ser observado no perfil e desenvolvimento dos partidos comunistas meridionais em relação aos setentrionais.⁶⁸

6. Os processos econômicos antes apontados não determinam imediatamente a composição e a dinâmica dos partidos analisados, e isto fora demonstrado empiricamente. Fatores como a ideologia e organização partidárias apresentam-se como elementos de mediação: a partir deles é que aquelas transformações econômicas e culturais acabam (ou não) “internalizadas” pelos partidos, permitindo que se adaptem (ou não) a elas;⁶⁹

7. Fator fundamental àquele processo de “internalização” das mudanças pelos partidos reside nas relações que se estabelecem entre “bases” e “direções”.⁷⁰ Sugere-se que as formas mais centralizadas e verticalizadas de organização política dificultam aquele processo de internalização e, conseqüentemente, a adaptação dos partidos às mudanças socioeconômicas com as quais se defrontam, suscitando sua crise;^{71,72}

8. A direção que assumem as transformações sofridas pelos partidos se deve não apenas a fatores econômicos e à configuração geral do sistema político (externos), ou a aspectos organizativo-ideológicos (internos), mas também às janelas de oportunidade existentes na relação com outras forças políticas, já estabelecidas no âmbito dos quadros partidários nacionais.⁷³

Uma investigação das possíveis articulações entre os casos petista e europeu, ancorada na relação entre economia e política, exige primeiramente a adoção de um quadro teórico de abrangência global, o que pode ser encontrado, por exemplo, na chamada Teoria do Moderno Sistema-Mundo.⁷⁴ Considera-se, desse ponto de vista, que as economias capitalistas devem ser analisadas não como unidades isoladas, mas como componentes desigualmente integrados de um sistema econômico mundial, cuja dinâmica manifesta “tendências seculares”, tais como a sucessão da hegemonia de diferentes potências econômico-militares e a alternância de ciclos de desenvolvimento econômico intensivo e extensivo. Nesses termos, um novo e necessário ciclo “expansivo” estaria agora, como nunca antes e em razão mesmo do incontestado sucesso do processo de acumulação capitalista, limitado por fatores geográficos, políticos, sociais e culturais, conduzindo à hipótese de que a crise aberta entre 1968/1973 representa uma crise sistêmica e estrutural do capitalismo.⁷⁵

Tal abordagem tende a concentrar-se em elementos econômicos e sociais, mais que políticos – privilegiando os ciclos e ondas econômicas e sua relação com a totalidade social.⁷⁶ Apontamentos em relação à política incluem: a dinâmica de sucessão das nações hegemônicas em escala global; a crise recente dos Estados nacionais; o posterior arrefecimento e/ou institucionalização dos “novos movimentos sociais” surgidos a partir dos anos 1970 e 1980 e a tensão que estabelecem com “novas formas” de organização política (mais horizontais e participativas), culminando no agravamento de uma contemporânea crise da própria política.⁷⁷ Todavia, as análises dedicadas à evolução dos partidos e movimentos mostram-se ainda incipientes e pouco sensíveis às particularidades nacionais.⁷⁸ Tais limitações parecem se refletir em pesquisas dedicadas à realidade brasileira,⁷⁹ o que se confirma pela aparente inexistência de estudos orientados por esta perspectiva dedicados ao PT.⁸⁰

Essas limitações recomendam a incorporação de referências teórico-metodológicas nas quais a política possa ser considerada em sua dinâmica específica, mas relacionada aos fatores econômicos que a condicionam. Por essa razão, são fundamentais as formulações de Antonio Gramsci. Em conformidade com a abordagem materialista-histórica, Gramsci erigiu um constructo teórico que (diferente de Marx, que enfatizou o “condicionamento da ação”) é marcado pela ênfase à “ação condicionada”. Em outras palavras, Gramsci investiga as novas e múltiplas determinações que, a partir do ulterior desenvolvimento do capitalismo, levaram à massificação da esfera da política como fator decisivo do decurso histórico. O autor explora como a elevação da consciência – a “catarse” –, ao possibilitar a internalização “ideológica” do processo histórico e suas contradições, consiste numa condição à sua consciente transformação.⁸¹

Nesta formulação, o partido político desempenha uma função crucial: apresenta-se como “intérprete da vontade coletiva”, que se manifesta em cada momento da história, bem como instrumento de “objetivação do processo catártico”, ou seja, de consolidação do processo de elevação de consciência, possibilitado pela natureza particular e globalmente articulada de sua práxis.⁸² Essa importante localização do partido no pensamento gramsciano faz dele uma de suas categorias mais concretas, pois rica em determinações e, por isso, de difícil apreensão. Com frequência, em função da problemática reconstrução por muitos de seus intérpretes, a questão do partido em Gramsci acaba reduzida à sua “função” geral e “estrutura” interna, abstraída todavia dos fatores objetivos e subjetivos que o condicionam.⁸³

Em suma: diante do esgarçamento da relação entre o partido e as condições objetivas e subjetivas que o influenciam, teoricamente estabelecidas por Gramsci, mas problematicamente apresentadas por muitos de seus intérpretes, e diante do risco de que com isso se percam contribuições decisivas suas quanto a um fenômeno tão caro às recentes reflexões sobre o PT quanto a burocratização (que Gramsci, aliás, desenvolve em oposição declarada à teoria da circulação das elites), um estudo dedicado ao PT que proponha articular aspectos econômicos e políticos à luz do quadro internacional e que pretenda se apoiar no pensamento gramsciano, deverá enfrentar questões relacionadas à reconstrução global de seu pensamento.

Considerações finais

À luz das considerações teóricas aqui registradas, e retomando os problemas relacionados ao PT, as seguintes hipóteses de trabalho podem ser sintetizadas:

- As semelhanças quanto ao quadro político e a evolução da esquerda na Europa e Brasil não seriam meras coincidências, mas processos organicamente articulados que, atravessados evidentemente por particularidades nacionais, refletiriam o caráter desigual e combinado da economia brasileira em relação ao moderno sistema-mundo;
- As mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil, articuladas ao quadro internacional, teriam alterado o caráter dos “novos movimentos sociais” surgidos nos anos 1970 e 1980 (e localizados na base de sustentação do PT), levando ao seu enfraquecimento e/ou institucionalização;
- As transformações regressivas sofridas pelo PT não seriam consequência automática dos fatores apontados anteriormente, mas resultariam de um processo de adaptação organizativa condicionado por opções e/ou necessidades consolidadas primeiramente em nível ideológico;
- O caso do Brasil – no qual se observam os efeitos relativamente menos devastadores do neoliberalismo, combinado ao arrefecimento do ímpeto anticapitalista de forças originariamente antissistêmicas – poderia refletir o amadurecimento de uma particular dinâmica da luta de classes na semiperiferia da economia-mundo sob a crise sistêmica do capitalismo aberta em 1968/1973.

Tais considerações nos conduzem a uma possível hipótese geral que, servindo de base ao aprofundamento de pesquisas futuras sobre o PT, pode ser formulada conforme segue. O PT – pelas dificuldades inerentes ao caráter “frentista” de sua composição, do esforço em se definir em contraposição à esquerda até então existente no Brasil e em decorrência do “atraso” de seu surgimento em relação a congêneres europeus (proporcionado pela transferência de capitais e industrialização de áreas semiperiféricas do capitalismo a partir dos anos 1970) – teria se aferrado a referências ideológicas difusas e pouco informadas quanto a experiências precedentes, e insistido na crença quanto à própria originalidade histórica, imune aos “desvios” comunistas e social-democratas. Esse quadro ideológico teria desfavorecido reflexões sistemáticas sobre o problema da organização partidária quando o terreno (inclusive econômico) em que atuava o PT alterou-se profundamente na passagem dos anos 1980 aos 1990, dificultando sua necessária adaptação e reforçando tendências à “burocratização”. Uma das particularidades do caso petista em relação ao europeu seria o fato de que, naquele continente, as estruturas organizativas “burocratizantes” correspondiam a formulações ideológicas bastante definidas, amparadas na tradição marxista de corte reformista ou bolchevique.

NOTAS

1. Sociólogo e bibliotecário, especialista em arquivologia. Autor, entre outros trabalhos, de *Partido dos Trabalhadores: bibliografia Comentada* (1978-2002). São Paulo: Editora FPA, 2013 e *Juventude e Política: ensaios e entrevistas* (Outras Expressões, no prelo). Contato do autor: virtusorooca@yahoo.com.br
2. MENEGOZZO, C. H. M. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada* (1978-2002). São Paulo: Editora FPA, 2013.
3. Cf. PALUDO, J. R. A intensidade da participação de delegados do PT. ENCONTRO DA ABCP, 9. *Anais...*, Brasília, 2014a e A intensidade da participação no partido dos trabalhadores: movimentos sociais, instâncias e gênero. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38. *Anais...*, Caxambú, 2014b; BEZERRA, C. *Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014 e Do poder popular ao modo petista de governar. ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2. *Anais...*, Campinas, 2015; MUCINHATO, R. *Um passo adiante, dois passos atrás: o PMDB de 1979 a 1982*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; SECCO, L. *História do PT*. 4 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2015; TANSCHKEIT, T. *Democracia e participação no Brasil: o protagonismo do Partido dos Trabalhadores*. ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2. *Anais...*, Campinas, 2015; MARQUES, J. E. D. C. *Juventude e Partido dos Trabalhadores: Institucionalização e militância juvenil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Goiânia, UFG, 2016.
4. Cf. LEAL, P. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar, 2010; AMARAL, O. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo: Alameda, 2013 e POMAR, V. *A metamorfose*. São Paulo: Página 13, 2014.
5. LEAL, *Op. cit.*, p. 37-53; AMARAL, *Op. cit.*, p. 53-63.
6. RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 62-8.
7. SINGER, *Op. cit.*, p. 84-87.
8. POMAR, *Op. cit.*, p 17-27.
9. Cf. OLIVEIRA, I. R. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988; GADOTTI, M. e PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989; MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990; KECK, M. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991; SIMÕES, J. A. *O dilema da participação popular: a*

etnografia de um caso. São Paulo: Marco Zero; Anpocs, 1992; AZEVEDO, C. B. *A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995; COUTO, C. G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; HARNECKER, M. *O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo: Casa América Livre; Cuba: Mepla, 1994; PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo, 1996; NOVAES, C. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 35, mar. 1993; GAGLIETTI, M. PT: ambivalências de uma militância. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2003; GARCIA, C. *Rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UFF, 2000; GENRO, T.; SOUZA, U. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Editora FPA, 2001; AMARAL, O. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçonni, 2003 e LEAL, *Op. cit.*.

10. Cf. MENEGOZZO, *Op. cit.*

11. O destaque dado às primeiras experiências do PT como correspondentes a grandes vertentes de pesquisa e não como um recorte dentre inúmeros outros – caso sobretudo de Leal, Ribeiro e Amaral – se deve a vieses provavelmente relacionados à forma de publicação dos estudos incluídos em suas amostras; ou, ainda, ao fato de terem privilegiado estudos no âmbito da Ciência Política. Outro viés observado refere-se ao gênero do material contemplado, de caráter científico. Ensaaios ou publicações de tipo documentário, tais como entrevistas, coletâneas de documentos e álbuns de fotografias, encontram-se também entre as publicações dedicadas ao PT e devem merecer atenção e tratamento apropriados, podendo apresentar-se como valiosas fontes à pesquisa acadêmica.

12. KECK, *Op. cit.*; MENEGUELLO, *Op. cit.*; OLIVEIRA, *Op. cit.* e GADOTTI e PEREIRA, *Op. cit.*

13. HARNECKER, *Op. cit.* e BRANDÃO, M. A. *Socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Anablume, 2003.

14. SADER, E. (Org.). *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e GURGEL, C. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

15. RODRIGUES, *Op. cit.*; POMAR, *Op. cit.*; NOVAES, *Op. cit.*; SADER, E. *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*. São Paulo: Scritta, 1992; SADER, E. (Org.). *1994: ideias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993; COUTO, *Op. cit.*; HARNECKER, *Op. cit.* e ainda: *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do séc. XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; CASTAÑEDA, J. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; BAIA, P. F. *A economia política do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. São Paulo, PUC-SP, 1996; OZAÍ, A. *Partido de massa e partido de quadros: a social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996; Azevedo, *Op. cit.*; CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora Universidade (UFRGS),

2002; ALMEIDA, J. e CANCELLI, V. (Org.). *Estratégia: a luta política além do horizonte visível*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Formação Política; Editora Fundação Perseu Abramo, 1998; ÁRABE, C. H. *Desenvolvimento nacional e poder político: o projeto do Partido dos Trabalhadores em tempos de crise*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas, Unicamp, 1998 e NASCIMENTO, Eloisa Winter. *PT: Impasses da esquerda no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, USP, 1999.

16. SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001 e ALMEIDA, G. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1979-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

17. GARCIA, C. *Rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UFF, 2000 e ainda: *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012; AMARAL, *Op. cit.* (2003); DEMIER, F. (Org.) *As transformações do PT e as perspectivas da esquerda brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003; OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorinco*. São Paulo: Boitempo, 2003; Robaina (2003), IASI, M. *Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; NAVARRO, Zander. “O adeus petista ao passado (e talvez ao futuro)”. In: *Gramsci e o Brasil*, 2004; MENDES, G. *Da Frente Brasil Popular à Aliança Capital/Trabalho: as campanhas de Lula a Presidente de 89 a 2002*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UCM, 2004; BARRETO, V. A. *A continuidade neoliberal do governo Lula em perspectiva macrossociológica*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, UFSC, 2005; COELHO, Eurelino. “Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas”. *Outubro*, n. 12, 2005 e ainda: *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012; PAULA, J. A. (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; SILVA JÚNIOR, E. *De Lula-lá a Lula-light: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia, UFG, 2005; ANTUNES, R. *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006; CHAUI, Marilena et al. *Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2006; COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; DALLAGNOL, R. *As mudanças no PT: as transformações de um partido de massas em partido catch-all*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia, UFG, 2006; GENRO, L. e ROBAINA, R. *A Falência do PT*. Porto Alegre: L&PM, 2006; MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005)”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil: partidos políticos e organizações após os 1960*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. (vol. 6); MARTUSCELLI, D. “Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista”. *Lutas e resistências*, Londrina, n.3, v.2, p. 22-35, 2º sem. 2007; ANDRADE, Rodrigo G. M. *Um estudo em busca de vestígios do socialismo petista*. Dissertação (Mestrado em Serviço social). Rio de Janeiro, UFRJ, 2008 e ÂNGELO, V. e VILLA, M. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: Edufscar, 2009.

18. VEIGA, L. “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, nov. 2007; VENTURI, G. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária, impacto nas eleições de 2010”. *Perseu*, n. 5, 2010; SINGER, *Op. cit.* (2012); HUNTER, W. and POWER, T. “Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n. 1, 2007; HUNTER, W. “The Partido dos Trabalhadores: still a party of the left?”. In: KINGS-TONE, P. R.; POWER, T. (Org.). *Democratic Brazil revisited*. Estados Unidos da América: University of Pittsburg Press, 2008; SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2006). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, nov. 2008; LEAL, *Op. cit.*; RIBEIRO, *Op. cit.*; trabalhos incluídos em ÂNGELO e VILLA, *Op. cit.*, além de PEREIRA DA SILVA, F. *Vitórias da crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011; AMARAL, *Op. cit.* (2013); SECCO, *Op. cit.* e CESAR, *Op. cit.*
19. BRANDÃO, *Op. cit.*
20. AZEVEDO, *Op. cit.*
21. AMARAL, *Op. cit.* e IASI, *Op. cit.*
22. MENEGUELLO, *Op. cit.* e RODRIGUES, *Op. cit.*
23. NOVAES, *Op. cit.*
24. RIBEIRO, *Op. cit.* e AMARAL, *Op. cit.*
25. HUNTER, *Op. cit.* e SECCO, *Op. cit.*
26. OLIVEIRA *apud* SADER, *Op. cit.* (1986); KECK, *Op. cit.*; SINGER, *Op. cit.* (2012); POMAR, *Op. cit.* e SECCO, *Op. cit.*
27. OLIVEIRA, *Op. cit.* (2003).
28. GÖRENDER, *Op. cit.*
29. MARX, K. Introdução [da Contribuição à crítica à economia política]. In: MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 37-64.
30. RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar, 2010; PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*; SINGER, *Op. cit.* (2012); AMARAL, *Op. cit.* (2013); POMAR, *Op. cit.* (2014) e SECCO, *Op. cit.*
31. RIBEIRO, *Op. cit.*
32. PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*
33. SINGER, *Op. cit.*
34. AMARAL, *Op. cit.*
35. RIBEIRO, *Op. cit.*
36. POMAR, *Op. cit.*
37. SECCO, *Op. cit.*
38. SECCO, *Op. cit.*

39. Cf. AMARAL, *Op. cit.* (2013); RIBEIRO, *Op. cit.*
40. AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 58; SECCO, *Op. cit.*, p. 179-180; SINGER, *Op. cit.* (2012), p. 95-101; POMAR, *Op. cit.*, p. 119-162.
41. RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 285-90; SECCO, *Op. cit.*, p. 251-66.
42. AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 238-9; POMAR, *Op. cit.*, p. 43-5; SINGER, *Op. cit.* (2012), p. 9-49.
43. POMAR, *Op. cit.*, p. 47-98; SINGER, *Op. cit.* (2012), p. 87-95; SECCO, *Op. cit.*, p. 179-86.
44. POMAR, *Op. cit.*, p. 119-62.
45. AMARAL, *Op. cit.* (2013); RIBEIRO, *Op. cit.*
46. AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 58.
47. POMAR, *Op. cit.*, p. 22.
48. Cf. MENEGOZZO, *Op. cit.*
49. PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*, p. 261-266.
50. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001; MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo/Unesp, 1999.
51. POMAR, *Op. cit.*, p. 47-66; PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*, p. 141; SECCO, *Op. cit.*, p. 251-66; RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 288; SINGER, *Op. cit.* (2012), p. 95-6.
52. SECCO, *Op. cit.*, p. 251-66; PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*, p. 141.
53. SECCO, *Op. cit.*, p. 179-80; POMAR, *Op. cit.*, p. 119-62.
54. PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*; AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 238-9.
55. AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 240; RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 290.
56. PEREIRA DA SILVA, *Op. cit.*, p. 47-55; AMARAL, *Op. cit.* (2013), p. 35-53 e 238-9; SECCO, *Op. cit.*, p. 255-6.
57. POMAR, *Op. cit.*, p. 22; SECCO, *Op. cit.*, p. 21-34.
58. SECCO, *Op. cit.*, p. 22.
59. FERNÁNDEZ, Luis Ramiro. *The crisis of Western Communist parties: reconsidering social-structural explanation*. Madrid: Departamento de Ciencia Política y Relaciones Internacionales/Universidad de Madrid, 2003 (Working papers; 10).
60. BOTELLA, J. and RAMIRO, L. *The crisis of communism and party change: the evolution of west european communist and post-communist parties*. Espanha: ICPS, 2003.
61. VAN DER LINDEN, M. *Metamorfoses da socialdemocracia europeia (1870-200)*. In: FORTES, A (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Editora FPA, 2004.
62. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 20-1; FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 1-4.
63. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 30-6; FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 8-10 e 14-25.

64. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 35-6; FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 10-11 e 26-28.
65. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 30-6.
66. FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 1-4.
67. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 36-43.
68. FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 4-8.
69. FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 28-31.
70. VAN DER LINDEN, *Op. cit.*, p. 20-1.
71. A consideração do momento organizativo como fator de mediação entre teoria e prática – ou seja, entre consciência (identidade, estratégia, programa) e a ação transformadora – é consistente com as abordagens mais rigorosas do problema da organização política pela tradição marxista. Por meio da organização é que, na práxis coletiva, uma teoria se torna ação concreta, ao mesmo tempo em que é por meio dela que uma prática vivida é coletivamente teorizada (cf. Cerroni, 1982; Sanchez-Vazquez, 2011).
72. FERNANDEZ, *Op. cit.*, p. 28-31.
73. BOTELLA E RAMIRO, *Op. cit.* p. 237-257.
74. Tal perspectiva resulta do desenvolvimento de abordagens precedentes, tais como a “longa duração” de Braudel (LEE, R. *The long duree and world systems analysis*. Estados Unidos da América: State University of New York, 2012) e a Teoria da Dependência (SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Reedição ampl. e atual. Florianópolis : Insular, 2015). Ver também: WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Estados Unidos da América: Duke University Press, 2007; HOPKINS, T. K. and WALLERSTEIN, I. *World-system analysis: theory and methodology*. Inglaterra: Sage, 1982; ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996 e AGUIRRE-ROJAS, C. A. *Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista*. México: Ediciones Era, 2004.
75. Para uma crítica à tese da “crise estrutural” do capitalismo a partir do ponto de vista da “longa duração”, ver COGGIOLA, O e MARTINS, J. *Dinâmica da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005)*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006, p. 114-24). Os autores consideram sob esta designação os estudos de Brenner, Chesnais, Meszáros, Braudel, Arrighi, Wallerstein e Kurz.
76. AGUIRRE-ROJAS, *Op. cit.*
77. ARRIGHI, *Op. cit.*; AGUIRRE-ROJAS, *Op. cit.*
78. Cf ARRIGHI, G. et al. *Antisystemic movements*. Estados Unidos da América: Verso, 1989 e MARTIN, G. *Making waves: worldwide social movements, 1750-2005*. Inglaterra: Paradigm, 2008.
79. Cf. SANTOS (2015), *Op. cit.*
80. MENEGOZZO, *Op. cit.*

81. JOUTHE, E. *Catharsis et transformation sociale dans la théorie politique de Gramsci*. Canadá: Presses de l'Université du Québec, 1990; BARATTA, G. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialético de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
82. COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 165-80.
83. MENEGOZZO, C. H. M. *Gramsci segundo Coutinho: problemas de interpretação*. SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 2. Uberlândia: *Anais...*, 2016.